

# Qualidade de vida no trabalho e subjetividades docentes

Prof. M.e Célio Hely CURY Junior

**Resumo** - Este artigo surge a partir de um recorte de um tema sobre formação e trabalho docentes. O foco é a questão da qualidade de vida no trabalho docente e suas relações com a configuração da subjetividade de professores e suas práticas profissionais cotidianas. Integraram o universo pesquisado professores regentes (concursados e efetivos) no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano do ciclo dos anos finais) que atuam há mais de 15 anos em Escolas Estaduais na cidade de Araxá/MG. Acreditamos ter construído um conhecimento que favoreça aproximações com questões dinâmicas relacionadas ao mundo real da formação e do trabalho e às subjetividades do sujeito docente. As ações dos professores, nos espaços de produção do conhecimento e do trabalho foram retomadas e observadas. Dentre os resultados, tem-se que a partir do mundo, de seu cotidiano e de sua história, a prática e a subjetividades docentes vão se construindo. Pelo enfrentamento e encontro com a realidade, elas são afetadas pelas condições de trabalho, novas exigências educacionais, pelo quase inexistente ou mal aproveitado tempo livre disponível para o lazer e relações sociais extra-trabalho docente, capazes de potencializar novas posturas que propiciem melhoria da qualidade de vida desses profissionais. Percebemos a necessidade de que sejam realizadas sistemáticas, alargadas e organizadas ações de formação docente, capazes de aproximar e/ou disparar nos professores o comprometimento com uma prática reflexiva, uma atitude investigativa permanente e um sentido de autoria dos projetos em que se envolvem. E mais: que sejam criadas condições para que o professor tenha um espaço e um tempo para compartilhar, coletivamente, os problemas enfrentados no exercício da docência.

**Palavras-chave:** Educação, docência, qualidade de vida

## Introdução

Vivemos uma época de grandes transformações sociais e culturais, introduzidas pelas novas formas de organização do trabalho, pelas tecnologias da informação e da comunicação e diversificadas formas de acesso à informação, dentre outras, que provocam mudanças nos comportamentos, nas formas de ver o mundo,

bem como de se ver nele, nas formas de ser de cada sujeito, enfim, nos processos de produção de subjetividade dos sujeitos. Esse cenário é também responsável por mudanças consideráveis no tocante às condições de vida e bem estar geral das pessoas. Tem-se aí uma evidenciada inter-relação entre um contexto tecnológico e social que se modifica e a subjetividade em reconfiguração. Sobressaem dessa e nessa nova temporalidade histórica dimensão subjetiva e, uma nova forma de perceber o mundo e de se posicionar diante das questões atuais. Há nesse sentido uma posição de reconhecimento de uma indissociação entre a sociedade que se transforma e a vida psíquica que se constitui a partir dela. (PRETTO & PINTO, 2006).

Na sociedade contemporânea, especialmente em relação ao mundo do trabalho e das práticas cotidianas, ocorrem alterações que se manifestam em modos de trabalhar diferentes em sua natureza, ritmo e formas, levando à necessidade de reorganização do estilo de vida, escolha e priorização de fatores que integram o cenário social e profissional das pessoas. Assim, se redefinem as subjetividades e os sujeitos.

Estas transformações, a partir da compreensão das configurações do sujeito professor no seu modo singular de agir e de ser, constituem-se de ações e relações que visam, prioritariamente, a satisfazer-lhe necessidades e desejos, propiciar equilíbrio e bem-estar.

Nesse sentido, e observada a conjuntura histórica vigente, talvez importe, sobretudo, que os professores se percebam e atuem como questionadores de seu cotidiano, produtores e intérpretes do conhecimento e do saber em transformação. Importa que não se deixem levar só pelas rotinas funcionais e tentem escapar às formas ostensivas ou sutis de controle. Se não se perceberem como tais e não compreenderem o sentido das inovações e mudanças, dificilmente estarão preparados para ações conscientes em relação a si mesmos e ao contexto em que vivem.

Em um tempo de profundas modificações no mundo do trabalho e na vida em geral, faz-se necessário e urgente que os docentes compreendam e se preparem para lidar com as condições que têm afetado a sua qualidade de vida pessoal e profissional.

Nessa perspectiva, a busca pela compreensão do sentido e abrangência dada à qualidade de vida nos dias atuais faz-se imprescindível, tendo em vista o desenvolvimento de relações mais saudáveis com o trabalho e com a vida de modo geral.

Outros dimensionamentos sobre qualidade de vida, segundo Gáspari e Schwartz (2005, p. 72) podem ser apontados, como: condições e estilos de vida, ideias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana, qualidade de vida pessoal, institucional ou

social e até o campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos e sociais.

Assim, fortes condições e componentes do mundo globalizado em que hoje vivem os sujeitos também podem vir a constituir e dar forma e significado ao que seja qualidade de vida: conforto, prazer, boa mesa, moda, utilidades domésticas, viagens, carro, televisão, telefone, computador, uso de tecnologias, consumo de arte e cultura, entre outras comodidades e riquezas.

Fazendo uma transposição destes bens para o mundo da escola e do trabalho docente, seria como desejar (e por que não?): escola com salas de aulas amplas e bem equipadas, número reduzido de alunos por turmas (de forma a contemplar a possibilidade de atenção às necessidades dos mesmos), ambientes extraclasse para desenvolvimento de conteúdos. Seria buscar oportunidade e incentivo à formação, participação dos professores na elaboração da proposta pedagógica da escola - espaço que pode vir a ser estimulador da conquista de crescentes estágios de autonomia escolar e de democratização da gestão - além da luta por constantes investimentos e melhoria da infraestrutura material e didática na escola, preparo dos professores para utilização e acesso às tecnologias da informação e da comunicação, salários suficientes e condizentes com o esforço despendido desde a formação, para que não seja necessário acumular cargos ou jornadas de trabalho. Seria garantir tempo livre para o consumo e o lazer, artes e cultura em geral, entre outras necessidades.

Reconhecendo os impactos da qualidade de vida (prazer, descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal e social) ou da falta desta sobre os sujeitos, procuramos conhecer, construir e potencializar situações que propiciem avanços na qualidade de vida dos profissionais docentes. Porém, entendendo que qualidade deve significar muito mais que atendimento às necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, vestuário, trabalho e moradia. Implica ter saúde física e mental, relações sociais harmoniosas e construtivas, emprego, segurança, qualificação profissional, relacionamento respeitoso e amigável com o meio ambiente e no ambiente de trabalho, tempo livre para o lazer e oportunidades para usufruir da cultura em sua plenitude.

Isso posto, resta saber com qual significado e em que dimensão, podemos perceber qualidade na vida e no trabalho dos professores, cada vez mais submetidos às mais diferentes formas de precarização no trabalho? Será que a qualidade de vida no trabalho dos docentes tem para eles um sentido mais voltado para um privilégio ou um direito? Como ela se articula à qualidade do trabalho educativo? Qualidade de vida favorece a qualidade na educação?

São muitas as interrogações que surgem quando se buscam relações entre o processo

educativo e a qualidade de vida e de trabalho docente. Qualquer que seja a resposta, antes de mais nada, importa esclarecer o que se entende por qualidade.

Ressalvas a qualquer conotação que extrapole ou exclua o sentido de satisfação e bem estar do sujeito quando vista de forma mais focalizada, qualidade de vida no trabalho docente tem sua centralidade na capacidade de trabalhar sem estresse e de lidar com as dificuldades dos estados ou condições de precarização do trabalho docente e, conseqüentemente, alcançar a autorrealização no trabalho. Tal manifestação se dá, de forma clara e visível, não só a partir da dimensão de convivência entre as pessoas, mas também a partir de uma construção cotidiana de bem estar coletivo e individual expresso em relações saudáveis e de confiança mútua no ambiente profissional.

Entre o ideal e o real no mundo do trabalho, são comuns as distâncias e as incongruências. Nem sempre o que se deseja, se concretiza no que se pratica, quando se avalia a questão da qualidade de vida e de trabalho de professores. E mais. Isso repercute na análise não menos importante da qualidade da educação e do ensino em suas relações com o trabalho docente no contexto da reestruturação produtiva trazida pela reorganização do capitalismo e expansão das tecnologias da informação e da comunicação.

É elevado o grau de centralidade alcançado pela problemática da qualidade na educação e no ensino. Cada vez mais se evidencia um quadro de tensão devido às exigências e intensificação das tarefas docentes, principalmente em tempos de uso cada vez mais generalizado das tecnologias digitais na escola, que afetam o modo de trabalho dos professores.

É preciso uma vigilância crítica para enfrentar o grande desafio que é o de construir e garantir um espaço de ampliação e aprofundamento das discussões acerca do assunto, tendo em vista, assim, caminhar em direção a uma docência de melhor qualidade e conseqüentemente melhor qualidade de vida pessoal dos docentes.

## **A relação dialética entre trabalho de qualidade e qualidade no trabalho**

A educação de qualidade tem sido uma demanda de toda a sociedade, embora nem sempre essa mesma sociedade sinta-se exigida a repensar as condições a que o trabalho de professores está exposto de modo imediato e mediato. Admitidas todas as variáveis relacionadas ao trabalho docente e à educação de qualidade exigida aos quatro cantos, importa demarcar e explicitar o que significa a expressão ‘boa’ com que ‘qualificamos’ a

qualidade e como ela se articula com as políticas de formação docente e com as políticas educacionais vigentes.

Se existe hoje uma palavra em moda no mundo da educação, essa palavra é, sem dúvida, qualidade [...] Inclusive aqueles que se sentem desconfortáveis com o termo não podem se livrar dele, vendo-se obrigados a empregá-lo para coroar suas propostas, sejam lá quais forem [...] não importa o que seja, deve explicar-se em termos de qualidade. (ENGUITA, 2001, p. 95).

Isso se aplica a todos os âmbitos da educação, e acreditamos que deveria se dar com atenção e exigências sérias também a partir do credenciamento e oferta dos cursos de formação por parte das instituições de educação que, a cada dia, proliferam-se de forma inconsequente pelo Brasil.

[...] É indispensável que o país pense ou repense os critérios de autorização dos cursos e de avaliação dos formandos e dos professores já em exercício. Essa política precisa ser de âmbito nacional, como são e devem continuar sendo os processos de autorização e avaliação de cursos. Como toda política federativa brasileira, é indispensável que ela seja liderada pela União e formulada com a participação dos diferentes níveis interessados. (MELLO, 2000, p.105).

Além do benefício que teríamos com este processo orientador da política de formação e de certificação<sup>1</sup> de professores, garantindo formação de melhor qualidade para os professores da educação básica e possível melhoria da qualidade do seu trabalho, também teríamos condições de colocar os docentes mais próximos da realidade de elaboração e formulação destas políticas, de forma a estimular a ruptura do modelo fordista na escola, apoiado na divisão entre trabalho intelectual e manual na docência. Para isso, seria importante e necessário que, durante a formação, fosse feita uma aproximação mais efetiva dos discentes com as ações e políticas públicas na educação que acontecem de diferentes formas, por diferentes órgãos e em diferentes partes do mundo, incentivando-os a participarem e a se sentirem, mesmo antes de formados, responsáveis diretos pelo que hoje está posto quanto às mesmas ações e políticas públicas na educação.

O que se vê é justamente o contrário do que apontamos anteriormente. Há uma distinção entre os que concebem a educação e os que a implementam. Após elaboradas por “pesquisadores da educação” (muitas vezes de outros países), estas políticas (distantes da realidade docente) são colocadas em prática pelos próprios professores, que têm que dar conta de executar (com qualidade) tais ações.

Desse modo, pode-se dizer que a questão da qualidade de vida diz respeito ao padrão que a própria sociedade define e se mobiliza para conquistar, consciente ou inconscientemente, e ao conjunto das políticas públicas e sociais que induzem e norteiam o desenvolvimento humano, as mudanças positivas no modo, nas condições e estilos de vida [...]. (MINAYO et al., 2000, p. 16).

Professores executores e cumpridores de planejamentos de outros são expostos ao risco da insatisfação, da acomodação, da apatia e da não criação. E mais, transformam-se em possíveis candidatos à alienação e ao sofrimento.

Acreditamos que avançar em novas formas de organização do trabalho, e de desenvolvimento dos espaços de formação de professores, com qualidade, é um dos principais requisitos para também avançarmos rumo a uma melhor qualidade de vida no trabalho docente.

A política de aligeiramento da formação inicial, a ênfase em seu caráter técnico-profissionalizante, rebaixando as exigências no campo teórico e epistemológico, aliadas ao desmantelamento das instituições públicas universitárias e da expansão desqualificada do ensino superior privado, vêm produzindo o perverso quadro revelado também pela pesquisa Retrato da Escola, desenvolvida pela CNTE (CNTE, 2002), e pelos dados da educação pública em nosso país, amplamente divulgados pela mídia nos últimos meses. (FREITAS, 2003, p. 1106-1107).

Quanto a muitos dos cursos hoje oferecidos e procurados por alunos que buscam a certificação fácil, um processo sério de creditação e autorização<sup>2</sup> das instituições formadoras contribuiria significativamente para, pelo menos, não estarem autorizados para o exercício profissional da docência por professores sem seriedade e qualidade.

[...] É preciso que fique claro que, se a formação do professor deve ser uma política nacional, o credenciamento e a certificação também devem estar nesse âmbito, uma vez que os diplomas expedidos têm validade para todo o país. [...] Como interesse nacional, terá de ser detalhada e implementada por organismos próprios, com participação indispensável das instituições formadoras, mas também dos gestores educacionais públicos e privados das três esferas responsáveis pela provisão de educação básica. (MELLO, 2000, p.108).

Professores expropriados de sua autonomia e distantes das políticas que direcionam o seu cotidiano docente são a expressão de uma sociedade que reproduz deliberadamente a exclusão de muitos em favor do poder de alguns. Para escapar desses mecanismos ou



para lidar com eles de forma menos passiva, importa que os professores e demais profissionais da educação revejam seus papéis e reavaliem suas posições no contexto da escola e da sociedade como um todo. Seu envolvimento nos acordos e propostas é importante. Eles devem ser os primeiros a se posicionarem quanto ao que propor e exigir, uma vez que são eles mesmos os primeiros a serem exigidos quanto à qualidade do trabalho desenvolvido.

Usamos a expressão ‘de qualidade’ para indicar algo de caráter positivo. Assim, dizemos que queremos uma educação ‘de qualidade’, uma escola ‘de qualidade’ etc. Portanto, é preciso definir e explicitar o sentido de qualidade de que estamos falando e que qualidade é esta que a sociedade, a escola, os professores e a educação estão necessitando ou exigindo.

Significa dizer que qualidade na educação em geral e, mais especificamente, para o desempenho do trabalho docente, dialoga com noções como motivação, satisfação, saúde, segurança no trabalho, tecnologias da informação e da comunicação e seu impacto para o trabalho docente; com salários e incentivos para ascensão na carreira, com profissionalismo e identidade profissional; com criatividade, autonomia, grau de controle e poder dos docentes sobre as políticas educacionais. Dialoga com todas as necessidades para o desenvolvimento de competências docentes através da formação inicial e continuada. Resta saber como e até que ponto isto é possível na conjuntura social e econômica contemporânea que molda o trabalho à sua imagem e semelhança, reforçando o modelo empresarial que atravessa a escola e os que nela exercem a sua profissão.

Gentili (2001) apresenta-nos uma discussão muito pertinente, na qual afirma que apenas a reprodução de discussões defensoras de “direitos” não produz eco, pois é necessário acontecer, principalmente, a defesa da ampliação das condições materiais, objetivas e concretas dos trabalhadores.

A educação como direito social remete inevitavelmente a um tipo de ação associada a um conjunto de direitos políticos e econômicos sem os quais a categoria de cidadania fica reduzida a uma mera formulação retórica sem conteúdo algum. Partindo de uma perspectiva democrática, a educação é um direito apenas quando existe um conjunto de instituições públicas que garantam a concretização e a materialização de tal direito. Defender “direitos” esquecendo-se de defender e ampliar as condições materiais que os asseguram é pouco menos que um exercício de cinismo [...]. (GENTILI, 2001, p. 247).

Os caminhos estabelecidos para as políticas sociais, em meio à ordem capitalista, são provenientes de relações mercadológicas, as quais se mantêm por meio da hegemonia de alguns grupos e classes. Diante deste fato concreto, Frigotto (1995, p.17) mostra a importância de desenvolver “embates cotidianos para garantir a defesa de direitos fundamentais, como saúde, educação e cultura”.

Tais embates, de certa forma, trazem à tona questões como: até que ponto a boa ou má qualidade de vida influencia a prática docente e motiva o professor a realizar seu trabalho? Em que sentido esta boa ou má qualidade de vida permite que o professor se realize pessoal e profissionalmente, aprimorando-se e desenvolvendo novas capacidades, conduzindo com autonomia suas ações e práticas? O professor é capaz de se afirmar como mais competente, de se sentir mais feliz a partir da qualidade de vida de que usufrui? Uma melhor qualidade de vida dá ao professor maiores condições e chances de apropriação do saber teórico-prático? Tais questionamentos sobre qualidade de vida do docente nos reportam a um processo mais amplo que pensar o simples aumento da promoção profissional, melhoria de produção, condições e estilos de vida. Envolve a direção, o sentido e, sobretudo, o conteúdo do crescimento, da qualificação e da capacitação buscadas na formação, até o gerir sua própria formação inicial e/ou contínua, o controle da organização e das condições do trabalho, participação e intervenções nas políticas públicas de educação e qualidade dos ambientes e das relações interpessoais que ali se estabelecem.

Também com relação à qualidade, muitas são as dimensões da expressão Qualidade de Vida no Trabalho, ora associando-a às características intrínsecas das tecnologias e ao seu impacto; ora a elementos econômicos, como salário, incentivos, abonos, ou ainda a fatores ligados à saúde física, mental e à segurança e ao bem-estar.

Assim, a idéia de Qualidade de Vida no Trabalho procura amalgamar interesses diversos e contraditórios, presentes nos ambientes e condições de trabalho, em empresas públicas ou privadas. Interesses estes que não se resumem aos do capital e do trabalho, mas também aos relativos ao mundo subjetivo (desejos, vivências, sentimentos), aos valores, crenças, ideologias e aos interesses econômicos e políticos. (SATO, 1999, p. 57).

Gasparini et al. (2005) fazem uma revisão da literatura onde apontam a grande preocupação por parte de alguns pesquisadores em estudar a qualidade de vida no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade da vida do trabalhador docente. São alguns dos estudos apontados pelos autores: Zaragoza (1999) - estado de “tensão” e “estresse”, denominado esgotamento docente; Siqueira e Ferreira (2003) - causas de afastamento do trabalho em



docentes; Codo (1999) - Envolvimento e exaustão emocional dos docentes; Noronha (2001) - sentimentos de insatisfação, frustração e ansiedade nos docentes, evidenciando a associação entre as queixas de cansaço e sobre-esforço físico e mental; Gomes (2002) - referência à sobrecarga de trabalho determinada por diferentes fatores (gestão, política, infraestrutura e tempo), mencionando aí, a invasão do tempo e do espaço extraescolar pelo trabalho; Mancebo (2007) - impacto das novas tecnologias na produção da subjetividade e os efeitos dos novos processos de trabalho no trabalho, destacando os efeitos de subjetivação advindos do contexto atual e que apontam para uma sobreimplicação<sup>3</sup> do docente.

Nestas pesquisas, ficam evidenciadas algumas causas e efeitos quanto ao quadro de precarização do/no trabalho docente atual: a contaminação do tempo extratrabalho, o sentimento de insegurança e ainda o desencanto pela profissão.

Como um dos elementos que podem estar associados às queixas e ao adoecimento, temos o trabalho do professor que não se restringe ao exercício de sua função dentro da sala de aula, exigindo atualização e preparação constantes para ser realizado de modo satisfatório. Muitas tarefas são realizadas sem a presença dos alunos, fora da sala de aula e, freqüentemente, fora da escola, estendendo a jornada de trabalho. Quando o professor ministra aulas em várias turmas para alunos em níveis de ensino, escolas e turnos diferentes, a preparação das aulas acaba requerendo avaliações múltiplas e esquemas variados, sendo então necessário maior investimento de tempo na execução de um volume maior de trabalho e mais dedicação e esforço intelectual. (GASPARINI et al., 2005, p. 196).

A intensificação e tantas exigências no trabalho são elementos denunciadores do quadro encontrado de nervosismo, tensão e preocupação entre os professores. O trabalho docente não pode mais ser definido apenas como atividade em sala de aula. Agora, mais do que nunca, compreende a gestão da escola, no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. Intensifica-se, assim, o ritmo do trabalho e diversificam-se e ampliam-se as atividades docentes para fora da sala de aula.

Todavia, resta-nos assumir uma contradição: o trabalho docente constitui-se num lugar que, a um só tempo, suscita sobretrabalho e prazer; assujeitamento e captura acrítica dos envolvidos para as novas demandas colocadas para a escola. Entretanto, há também espaço para invenções, pensamento e crítica.

No caso do trabalho docente, o que também é verdadeiro para muitos outros sítios de trabalho, a sobreimplicação é um conceito que permitiria compreender o

sentido de prazer que os professores encontram em seu trabalho, sua “sobrevivência” enquanto sujeito, ao mesmo tempo em que se transformam em trabalhadores “*full-time*”, trabalhadores com 24 horas de trabalho diário, ainda que espacialmente fora dele. (MANCEBO, 2007, p. 79).

Dessa forma, a busca pela realização profissional e pessoal confronta-se com as dificuldades para o desenvolvimento profissional, com a monotonia e o desgaste pelo ritmo de trabalho, com a necessidade de descanso e de afetividade na convivência com a família, de participação em encontros culturais e sociais, além de práticas corporais. Faz aspirar à liberdade, aqueles que se sentem sufocados pelas limitações do dia-a-dia dos trabalhadores docentes – dentro e, cada vez mais, fora da escola.

O trabalho docente mostra-se cada vez mais precarizado e associado ao estresse e a momentos da vida diária - o cotidiano - desejados pela maioria das pessoas, como: tempo para o prazer, sociabilização, liberdade e promoção de qualidade de vida, permeados por poucas possibilidades que impliquem na concretude de tais desejos destes trabalhadores.

Trata-se, então, de buscar a humanização do trabalho, observando-se também que, em todas as sondagens feitas sobre qualidade de vida, valores não materiais, como amor, liberdade, solidariedade e inserção social, realização pessoal e felicidade, compõem sua concepção.

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. (MINAYO et al, 2000, p. 8).

O fator econômico é determinante da qualidade de vida, pois, o acesso a bens e serviços é uma necessidade de todos. No mundo de hoje, os baixos salários expressam também agravante da precarização do trabalho docente, quando contribui para uma não apropriação de cultura, lazer, participação em ações formadoras e possibilidade de trabalho com maior qualidade (trabalho em apenas um turno). Este último, com vistas a possibilitar, a partir das relações interpessoais (esfera da vida humana que dá sentido e significado ao existir) que ali se estabelecem, a oportunidade de melhor qualidade na convivência, e no sentido de reduzir as distâncias que segregam determinados grupos sociais. Contudo, em função do baixo salário e consequente necessidade de se trabalhar em mais de um turno, o professor tem, então, diminuídas as oportunidades de utilizar seu tempo livre (disponível)

para cuidar - com qualidade - de sua vida pessoal - redução do tempo de relaxamento - e profissional - redução do tempo para atualização profissional. Assim, o professor se desdobra para dar conta de tamanha exigência, para, com isso, dada a sua responsabilidade, cumprir de forma competente e profissional as suas tarefas.

A intensificação do trabalho docente só faz aumentar a pressão a que vem sendo submetido o trabalhador docente. Para dar conta de tantas exigências, o professor acaba tendo que utilizar, no trabalho, parte ou todo o seu tempo livre disponível que teria para relaxar e descansar, se desenvolver profissionalmente e conviver socialmente.

A instituição ou ampliação de um tempo realmente livre, para a preparação das atividades docentes, ajudaria o professor a escapar do estresse provocado pela intensificação das tarefas docentes, aumentaria, significativamente, a disposição do professor para estar em sala de aula e o ajudaria a fazer as coisas de forma mais bem feita e organizada.

Halbwachs (1990) nos apresenta que “a divisão do trabalho social prende o conjunto dos homens a um mesmo encadeamento mecânico de atividades: quanto mais ela avança, mais nos obriga a sermos exatos”.

[...] Sou então obrigado a regular minhas atividades conforme os ponteiros de um relógio, ou conforme o ritmo adotado pelos outros e que não levam em conta minhas preferências e necessidades, ser avaro com o meu tempo, e nunca perdê-lo, porque comprometeria assim algumas oportunidades e vantagens que me oferece a vida em sociedade e do trabalho. Mas o que há talvez, de mais penoso, é que me sinto forçado, perpetuamente, a considerar a vida e os acontecimentos que a preenchem sob o aspecto da medida. (HALBWACHS, 1990, p. 90).

Então, oportunizar maior tempo livre para os professores é fator preponderante para a sua qualidade de vida, uma vez que lhes favorece revelarem-se para os outros e para si mesmos; e assim afirmarem sua identidade. A partir dele, também descobrimos habilidades, poderes, limites, competências, alegrias, tristezas... Criamos vínculos com as pessoas, com os ambientes, desenvolvemos interesses, afinidades, finalidades e metas para nossa vida. Enfim, o trabalho, assim como o lazer, são espaços privilegiados que não podem jamais se distanciar um do outro, pois, se um distanciamento se impuser, nem um, nem outro, acontece no seu verdadeiro sentido.

É de fundamental importância o equilíbrio entre os vários aspectos e funções que compõem o dia a dia dos professores: trabalho, lazer, relações sociais, com vistas ao seu desenvolvimento pessoal, pois, como bem demonstra Dumazedier (1975, p. 23), o lazer

enquanto promoção da saúde integral possui três funções primordiais, sendo elas: a de descanso, de divertimento (distração, recreação e entretenimento) e de desenvolvimento da personalidade.

Estas funções ressaltam os fatores que conduzem o indivíduo ao seu pleno desenvolvimento, condição para seu bem estar social e para uma participação mais ativa no atendimento das necessidades de ordem individual, familiar, profissional e cultural.

Em contraposição ao trabalho, o lazer pode favorecer, consideravelmente, o nível de saúde integral e, sobretudo, mental das pessoas, canalizando as energias perdidas para os aspectos saudáveis, aliviando assim a fadiga exaustiva e o estresse provocados pelas condições desfavoráveis do contexto do trabalho docente. Assim, a busca de melhorias na qualidade de vida das pessoas tem colocado em evidência a importância do lazer.

Repensando estas questões, consideramos ser relevante que, nos momentos livres de trabalho, fora da escola, os profissionais docentes podem desenvolver atividades de lazer, como meios de reeducação das capacidades física, mental, social e espiritual, bem como forma de distração, recreação, entretenimento, de comunicação, motivação e alívio de tensão. “Em relação às atividades desenvolvidas no tempo livre, o lazer é considerado defesa contra o esvaziamento existencial e o cortejo de manifestações de sofrimento mental associadas ao trabalho e como componente importante na consecução de melhores padrões de qualidade de vida”. (MONTEIRO; GOMES, 1998, p.350).

Para que o lazer possa propiciar os objetivos acima descritos, são necessárias atividades que possibilitem prazer, descontração, desligamento das preocupações do trabalho cotidiano, enriquecimento existencial, e que sejam emocionalmente significativas e socialmente gratificantes.

E mais, entendemos que o lazer deve ocorrer enquanto fruto de uma atitude pessoal, em que o indivíduo deve ter liberdade para eleger as diferentes atividades de forma crítica e criativa, dentro do seu “tempo liberado” ou “tempo livre”, e que estas não estejam determinadas por obrigações sociais, econômicas, políticas e ideológicas.

Pereira e Bueno (1997, p. 81) relatam que “quando o indivíduo tem conhecimento e interpreta o significado do lazer, encontrando condições favoráveis para sua prática, isso torna-se uma das mais importantes providências para a humanização do ambiente”.

O indivíduo adaptado ao seu ambiente, participa do seu desenvolvimento. As atividades de lazer conduzem à reeducação e a participação, criam laços afetivos entre o homem e a cidade e/ou ambiente. Os indivíduos devem ser motivados a apropriar-se do seu ambiente, principalmente através da criação de recursos de lazer que sua própria imaginação indicar. Isso desenvolve maior intimidade deste

com o meio e conseqüentemente, permitirá o desenvolvimento das relações interpessoais e grupais. (PEREIRA; BUENO, 1997, p. 81).

Então, poderá fundamentar-se em Pereira e Bueno (1997), uma das possibilidades de melhoria no ambiente precarizado de trabalho do profissional docente. Acredita-se que ele desempenhará suas funções com mais qualidade, competência e motivação, apresentando-se para o trabalho, mais disposto, bem-humorado e descansado.

Outra dimensão que diz respeito à qualidade de vida no trabalho, e que também apresenta nuances problemáticas por desconsiderar as relações que cotidianamente ali se estabelecem, é a forma como é organizado este trabalho.

Qualidade de Vida no Trabalho é também “determinada por fatores psicológicos, como grau de criatividade, de autonomia, de flexibilidade de que os trabalhadores podem desfrutar” ou ainda de “fatores organizativos e políticos, como a quantidade de controle pessoal sobre o posto de trabalho ou a quantidade de poder que os trabalhadores podem exercitar sobre o ambiente circundante a partir de seu posto de trabalho”. (SATO, 1999, p. 33).

Ressaltamos que,- dos elementos que explicitam a definição e a concretização da qualidade de vida no trabalho - a autonomia, a criatividade e o poder que os trabalhadores têm sobre os processos de trabalho, aí incluídas questões de saúde, segurança e suas relações com a organização do trabalho, são fatores importantes que configuram ou determinam a qualidade de vida (no trabalho) das pessoas.

Aqui, a noção de autonomia deve ser entendida como a possibilidade dos trabalhadores conhecerem o que os incomoda, os fazem sofrer, adoecer, morrer e acidentar-se e articulada à viabilidade de interferir em tal realidade. Controlar as condições e a organização do trabalho implica, portanto, a possibilidade de serem sujeitos na situação. O exercício do controle tem tanto uma face objetiva (poder e familiaridade com o trabalho), como uma face subjetiva, ou seja, o limite que cada um suporta das exigências do trabalho. (SATO, 1999, p. 78).

Fica evidente que diversos fatores, além daqueles presentes na organização, interferem na satisfação do indivíduo, refletindo-se em seu desempenho no trabalho e em todas as dimensões do seu ser: física, social, psicológica, intelectual e profissional.

Em pesquisa empreendida por Marqueze e Moreno (2005, p. 71-75), estudos sobre o trabalho apontam para as mais diversas características do termo satisfação. A sua concepção

dentro do trabalho chega a ser compreendida, “ora como um estado emocional com duplo componente: o de alegria (satisfação) e o de sofrimento, desprazer (insatisfação)”, ora como um “sentimento que resulta da situação total do trabalho, ora como um estado pessoal, subjetivo, dinâmico e constantemente modificável por condições intrínsecas e extrínsecas do trabalho e do trabalhador”. Segundo seus estudos, a satisfação no trabalho está relacionada ao tratamento de justiça e de respeito a que o trabalhador é submetido ou ainda como a atitude geral de uma pessoa em relação ao trabalho que realiza. Assim, as definições sobre satisfação no trabalho, independentemente da concepção abordada, só possuem valia se consideradas as diferenças individuais resultantes da interação com as experiências vividas.

Ainda segundo Marqueze e Moreno (2005, p. 71-75), é condição necessária para esta satisfação, que o trabalhador possua o conhecimento sobre oportunidades de progresso e promoção no trabalho e o modo como ocorre a avaliação da performance profissional. Que tenha uma carga de trabalho condizente com o papel e com o tempo disponível para realizá-la, a não interferência do trabalho no tempo da vida particular, o poder de autonomia, de autoridade e influência necessárias à execução de seu trabalho, concessão de bons salários e benefícios, bom relacionamento social no trabalho (envolvendo chefia e colegas) e perspectivas de crescimento profissional dentro da organização. Enfim, como acreditam Dejours et al. (1994, p. 47), “[...] trabalho prazeroso é aquele em que cabe ao trabalhador uma parte importante da concepção. Assim, a inventividade, a criatividade, a capacidade de solucionar problemas, o emprego da inteligência é o que deve ser buscado”. No que diz respeito à qualidade de vida no trabalho do professor, trata-se de articular o melhoramento da qualidade geral de vida a uma maior participação dos trabalhadores docentes nas decisões que diretamente dizem respeito à sua vida profissional.

Dando sentido à qualidade de vida e de trabalho, não basta para o profissional docente sua simples capacitação, importando também, seu espaço a conquistar nos aspectos pessoal, político e profissional e, como não poderia deixar de ser, a conquista necessária e vital da motivação e do prazer no trabalho e na vida. Desse modo, assim como Camargo e Bueno (2003, p. 491), acreditamos que “as pessoas só se motivam quando percebem claramente a possibilidade de prazer naquilo que fazem. [...] Se a aproximação ao prazer não nos é suficientemente clara, surgem as manifestações de descontentamento e insatisfação”.

A busca pelo prazer no trabalho é fator que favorece o alívio das tensões que se estabelecem no dia-a-dia da prática docente. Se o prazer se estabelece, o professor é capaz de encontrar condições favoráveis para a sua prática. Muitos dos aspectos apontados como capazes de estabelecer mudanças, tanto na formação quanto no trabalho docente,



apresentados no decorrer deste artigo, só serão capazes de reverter o quadro apresentado de precarização na docência, se estiverem condicionados ao prazer; condição esta das mais importantes para a humanização do ambiente de trabalho.

Nesse contexto, só terão prazer e satisfação no trabalho aqueles profissionais que conseguirem o mínimo de qualidade, tanto na vida pessoal quanto profissional, aqueles professores que souberem e puderem desenvolver, de forma harmônica, todas as suas dimensões subjetivas no que diz respeito à qualidade de vida pessoal e no trabalho.

## Conclusões

A pesquisa que fizemos sobre qualidade de vida no trabalho e subjetividades docentes nos trouxe inúmeras aprendizagens e entendimentos acerca da dimensão do contexto escolar, pessoal e social em que se inserem os profissionais da educação.

Uma delas foi que se tornar professor, conhecedor de suas verdadeiras responsabilidades, com capacidade de crítica e reflexão de suas ações, é tarefa que se faz processualmente, pouco a pouco, com paciência, com determinação, e por que não dizer, numa mescla de confiança e esperança. É saber que o conhecimento, quer seja teórico ou prático, no momento adequado, vai deixar de ser algo estranho e “inútil” que se tornará fator que eternamente estará compondo e acompanhando nossas ações docentes, nossa construção e reconstrução como professores. Permitiu-nos perceber que a formação docente vai se construindo a partir do mundo. É o indivíduo modelando-se professor, a partir de seu cotidiano e de sua história.

Apesar de não ser única, a experiência é condição indispensável para atender aos requisitos de qualidade de formação de um profissional cada vez mais exigido a atender as demandas do contexto social. Desta forma, não descartamos a ideia de que a conciliação da experiência profissional e formação acadêmica sejam igualmente importantes para a docência. Conveniente, portanto, compreender que o professor é formado ao longo de sua vida a partir do enfrentamento e encontro com a realidade, entendida como vivência pessoal e profissional e também pelos conhecimentos teóricos e práticos da formação acadêmica, aqui, uma questão fundamental.

Este estudo também apontou para a importância, necessidade e possibilidade de os professores se reconfigurarem, mediante exigências postas à profissão docente. Para isso, não podemos mais confundir nossa identidade docente. Temos que avançar no sentido de termos consciência do nosso papel profissional e das nossas reais responsabilidades

como professores.

É dentro deste cenário que devemos olhar para o quadro precarizado da formação e do trabalho docente que aí está. Sabemos que é impossível que tal quadro se reverta ou melhore a curto prazo. Há que se levar em conta todo um contexto histórico onde houve sim, momentos de imobilidade, mas também de mudanças. A imobilidade poderia referir-se, por exemplo, à expressão política dos professores, demonstrada nos relatos por uma percepção e compreensão limitada de seus direitos como professores. Esta “alienação política” pode muito bem ter sido e ser ainda desencadeadora desta configuração estabelecida para a docência.

Também apontada pelos entrevistados a grande insatisfação dos docentes com a falta de reconhecimento profissional por parte do sistema que “sempre propõe e promete” mudanças positivas a partir das reformas educacionais, porém, quase nunca, estas chegam a se concretizarem e fazerem parte do dia a dia do contexto escolar dos professores.

Percebemos que não basta apenas este desejar, este sonhar; a docência exige muito mais; exige visão redimensionada em relação ao que é, na verdade, a função de ser professor. Isto nos remete a pensar em alguns relatos que apontam que muitos professores ainda enfrentam a docência a partir de uma formação que não os capacitou para darem conta do trabalho docente.

Diante de tantos problemas, torna-se necessário criar condições para que o professor encontre espaço e tempo suficientes que o ajudem a pensar a docência como *locus* de uma ação mediada pela reflexão e pela crítica, com vista a possíveis mudanças. Constatamos que há uma imensa necessidade de aproximar os professores dos conteúdos necessários à formação pedagógica. Para isto, a aproximação dos conhecimentos pedagógicos importa ser estimulada a partir da organização de espaços e ações de desenvolvimento profissional.

104 Acreditando na possibilidade de formação docente com qualidade, propomos, assim, que sejam criadas condições para que o professor tenha um espaço e um tempo para compartilhar, coletivamente, os problemas enfrentados no exercício da docência. Condição esta capaz de promover o diálogo, a troca de experiências, a discussão de temas sobre a formação, trabalho e qualidade de vida pessoal e profissional. Assim, ao invés de o professor se isolar em suas angústias e frustrações, que ele compartilhe com seus pares e, juntos, construam um espaço de formação coletiva.

Desta forma, os professores mais experientes poderiam contribuir com a formação daqueles que estão começando e que ambos possam aprender juntos, com vistas a aperfeiçoar a prática docente.

A presente pesquisa contribui ainda para a compreensão de outro dos muitos

problemas vividos pelos docentes, que acabam por negar o seu tempo livre para si mesmos em função de seu comprometimento e responsabilidades assumidas para com os outros.

O tempo de trabalho prevalece sobre o tempo livre, comprometendo, desta forma, a qualidade de vida dos professores. Assim, compreendemos que, a vida extra-trabalho destes profissionais acaba tendo que ser replanejada em função das novas prioridades e das constantes e exageradas tarefas e funções docentes. Acreditamos, assim, que já é bastante positiva a preocupação de cada um em melhorar continuamente sua qualidade de vida, utilizando, da melhor forma, seu tempo livre. Porém, pelo que pudemos perceber, ainda são poucas as ações apresentadas pelos entrevistados, relacionadas com a melhoria da qualidade de vida pessoal.

Parece haver um consenso quanto ao que os docentes entrevistados fazem no seu tempo livre para se distraírem; a maioria, senão todos, atribuíram como momentos prazerosos e de descanso, o estar com a família ou se encontrar com os amigos (alguns até colegas de trabalho) em reuniões sociais.

É pertinente apontarmos, a partir das vozes dos entrevistados, que as atividades que compõem suas vidas, podem ser divididas, em atividades realizadas para os outros, representando o mundo do trabalho, e as atividades realizadas para si mesmo, campo no qual se encontra o tempo livre. Quanto a esta constatação, segundo a fala dos nossos entrevistados, houve certo equilíbrio; para alguns, o lazer em primeiro lugar, para outros, o trabalho.

Quanto à possibilidade de realização de uma atividade sistemática voltada para o lazer e seu bem estar pessoal, a maioria argumenta que isto não é possível, primeiro devido ao baixo salário que recebem, impossibilitando assim, que estes possam, por exemplo, participar de aulas em uma academia, segundo, pela falta de tempo livre. O que deve ser lembrado aqui, é que, para o seu efetivo desenvolvimento e realização profissional e pessoal, estes docentes necessitam, indiscutivelmente de se apresentarem com suas funções motoras, psíquicas e orgânicas em perfeito estado de equilíbrio e saúde, portanto, há que se preocuparem sim, com a sua saúde. O lazer no tempo livre destes docentes deve então, contemplar atividades livres das ocupações e compromissos com o trabalho, reservadas para si próprios, agradáveis e, que portanto, sejam realizadas com prazer.

Percebemos que se faz necessária uma (re)definição do papel e do estilo de vida assumidos pelo profissional docente, que acaba por se ver cercado, tomado por uma intensificação das exigências no trabalho e por situações e contingências que perpassam o sentido humano do que é possível ser realizado e que, de forma alguma aproxima-se do que podemos chamar de qualidade de vida.

Acreditamos que, com esta investigação, tendo trazido as subjetividades docentes expressas em diferentes vozes, diferentes visões, possamos avançar não apenas para um maior entendimento de aspectos que compõem e dimensionam a formação, o trabalho e a qualidade de vida dos professores, mas, principalmente, que possamos ter provocado nos sujeitos uma consciência renovada de sua cotidianidade e de sua condição profissional. Mais do que isso, ter, talvez, contribuído para saírem de uma condição de meros expectadores diante de seus problemas para potenciais transformadores.

## Referências

- CAMARGO, R. A. A. de; BUENO, S. M. V. Lazer, a vida além do trabalho para uma equipe de futebol entre trabalhadores de hospital. *In Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 4, 2003.
- CODO, W. (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **A Psicodinâmica do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.
- DUMAZEDIER, J. **Questionamento teórico sobre o lazer**. Porto Alegre, CELAR/PUC-RS, 1975.
- ENGUITA, M. F. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: P. Gentili e T. Silva (orgs.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação: Visões críticas**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 93-110.
- FREITAS, H. C. L. de. Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização. *In Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 85, 2003.
- FRIGOTTO, G.. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo, Cortez, 1995.
- GÁSPARI, J. C. de; SCHWARTZ, G. M. O idoso e a resignificação emocional do lazer *In. Psicologia: Teoria e Pesquisa*, jan./abr. 2005, vol.21, no.1, p.069-076. ISSN 0102-3772.
- GASPARINI, S. M. ; BARRETO, S. M.; ASSUNCAO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *In Educação e Pesquisa*, maio/ago. 2005, vol.31, no.2, p.189-199. ISSN 1517-9702.
- GENTILI, P. A. A; SILVA, T. T. da. **Neoliberalismo: qualidade total da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

GOMES, L. **Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites**. Dissertação de Mestrado – Escola Nacional de Saúde, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LOURAU, R. **Genèse du concept d'implication**. 1983.

———. **Implication et sobreimplication**. Mauss (Mouvement Anti-utilitariste dans les Sciences Sociales), 1990.

LUCE, M. B.; MOROSINI, M. Avaliação e credenciamento da educação superior no *In Projeto ALFA-ACRO*, Brasil. In Porto Alegre: , 2004. 20 p.

MANCIBO, D. Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer. *In Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 2007.

MARQUEZE, E. C.; MORENO, C. R. C. Satisfação no trabalho: uma breve revisão. *In Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, 30 (112): 69-79, 2005

MELLO, G. N. de. **Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical**. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, 2000.

MINAYO, M. C. de S.; HARTZ, Z. M. de A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *In Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000.

MONTEIRO, M. S.; GOMES, J. da R. Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador: um estudo de caso. *In Cadernos de Saúde Pública*, abr./jun. 1998, vol.14, no.2, p.345-353. ISSN 0102-311X.

NORONHA, M. M. B. **Condições do exercício profissional da professora e dos possíveis efeitos sobre a saúde: estudo de casos das professoras do ensino fundamental em uma escola pública de Montes Claros, Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina da UFMG. Belo Horizonte, 2001. 157 p.

PEREIRA, M. E. R.; BUENO, S. M. V. Lazer - um caminho para aliviar as tensões no ambiente de trabalho em UTI: uma concepção da equipe de enfermagem. *In Revista Latino-Americana de Enfermagem*, out. 1997, vol.5, no.4, p.75-83. ISSN 0104-1169.

PRETTO, Nelson; PINTO, Cláudio da Costa. Tecnologias e novas educações. *In Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, Apr. 2006. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782006000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000100003&lng=en&nrm=iso)>. access on 26 Nov. 2009. doi: 10.1590/S1413-24782006000100003.

REY, F. G. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thompson Editores, 2003.

RIOS, T. A. **(Entrevista)**. In Revista das Escolas Técnicas/RET-SUS, Novembro, 2004.

SATO, L. **Abordagem Psicossocial do Trabalho Penoso**: Estudo de Caso de Motoristas de Ônibus Urbano. Dissertação de mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, PUC, São Paulo: 1999.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. da C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **In Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20 (2): 580-588, mar – abr, 2004.

SIQUEIRA, M. J. T.; FERREIRA, E. S. Saúde das professoras das séries iniciais: o que o gênero tem a ver com isso? **In Psicologia, ciência e profissão**, set. 2003, vol.23, n.3, p.76-83. ISSN 1414-9893.

ZARAGOZA, J. M. E.. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Tradução: Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru: Edusc, 1999.

## Notas

<sup>1</sup> Entenda-se nesse caso que devem ser estabelecidos rigorosos mecanismos de avaliação externa e de auto-avaliação de todas as instituições e modalidades de formação presenciais e não presenciais, a fim de impedir as formas aligeiradas de certificação de professores.

<sup>2</sup> Os principais procedimentos de verificação e validação, com vistas à creditação institucional e de cursos, atualmente em uso na Educação Superior, são os destinados a: (1) o credenciamento de novas instituições e cursos, cujo documento central é o PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional, apresentado por todas as instituições em cadastramento inicial, que objeto de minuciosa avaliação constitui a base das informações oficiais, em quatro dimensões - contexto institucional global, organização didático-pedagógica da instituição e de seus cursos, corpo docente e instalações físicas e acadêmicas; (2) o credenciamento dos Centros Universitários; (3) a ACE - Avaliação das Condições de Ensino, que inclui verificações *in loco* por comissões de especialistas devidamente instrumentalizadas; (4) o Exame Nacional de Cursos, uma prova e um questionário em larga escala, aplicados a todos os concluintes de cursos de graduação, com tabulações classificatórias em forma de *ranking* dos cursos; (5) a avaliação dos cursos tecnológicos, feita à semelhança da ACE ; (6) Sistema Nacional de Avaliação da Pós-Graduação, que tem como base relatórios anuais, analisados por comissões de pares, e verificações *in loco* a cada 3 anos, para emissão de um conceito e recomendação para credenciamento ou não. (LUCE & MOROSINI, 2004, p. 11).

<sup>3</sup> Para uma melhor consideração sobre o conceito de sobreimplicação vide Lourau (1983, 1990).



**Prof.. M.e Célio Hely Cury Júnior**

**Currículo - <http://lattes.cnpq.br/0710306037326213>**

**Endereço eletrônico: [ativacelio@oi.com.br](mailto:ativacelio@oi.com.br)**

**Abstract** - The current article came up from a clipping about a topic which referred to teachers' work and formation. The aim is set on the issue about quality of life of teachers and its relation to the configuration of the subjectivity of the teachers and their daily life professional practices. The universe researched was that of active teachers (ten effective accredited teachers) in Fundamental school (from the sixth to the ninth year of high school) who have been working for more than fifteen years in public school in the city of Araxá, Minas Gerais. Adopting the methodology of oral storytelling and based on content analysis, we believe to have built some knowledge which enables approaches to the dynamic questions related to the real world of teaching work and formation and to the subjectivities of the teacher as a subject. The actions of the teachers, in the areas of production of knowledge and work were captured and observed. It was made clear that the practice and subjectivity of teaching are built from the world, from daily life and its history, from confronting and the meeting with reality, and that they are affected by the working conditions and the new educational demands, by the almost inexistent free time for leisure activities and social relations out of the working atmosphere, capable of powering new postures which allow some improvement in the quality of life of those professionals. We noticed in their voices the need for systematic, broaden and organized actions of formation, able to approach them or/and trigger in them the commitment to a reflexive practice, a permanent inquisitive approach and a sense of authorship in the project in which they are involved and yet, that conditions be created for the teachers to have their space and time to share collectively, the problems they face in the activity of teaching.

**Key-words:** Education, teaching, quality of life.

